

## PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL: UMA POLÍTICA PÚBLICA QUE DESAFIA OS CURRÍCULOS ESCOLARES

**Bernardi, Marciele de Fátima**<sup>1</sup>

*Universidade Federal Fronteira Sul, UFFS, Campus Cerro Largo/RS*

**Rigo, Neusete Machado**<sup>2</sup>

*Universidade Federal Fronteira Sul, UFFS, Campus Cerro Largo/RS*

***Eixo 01: Ciências Humanas e Formação de Professores***

### RESUMO

Este trabalho constitui um recorte da pesquisa de mestrado atualmente em andamento, tendo como pano de fundo o Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei 14.640/2023, a qual visa fomentar a criação de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da educação básica. Essa política pública surgiu de pesquisas e estudos realizados que apontaram a educação integral como uma possibilidade para melhorar a qualidade de aprendizagem dos alunos na educação básica. Coordenado pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, o programa busca o cumprimento da meta 6 do Plano Nacional de Educação 2014-2024, política de Estado construída pela sociedade e aprovada pelo parlamento brasileiro. O principal objetivo desta pesquisa é identificar os desafios enfrentados na formação de professores para atuarem no contexto do programa Escola em Tempo Integral. Utilizando uma abordagem qualitativa com base em estudos bibliográficos e documentais, serão analisados três processos: fundamentação da educação integral, currículos escolares e formação de professores. Quanto ao currículo escolar, as escolas possuem autonomia pedagógica para realizar escolhas e adaptações conforme necessário para se adequar ao contexto local e assegurar a eficácia da educação integral. No entanto, é responsabilidade das secretarias de educação atuar estratégicamente na formação de professores, como também, monitorar e acompanhar as escolas. Isso resulta na construção de uma rede de solidariedade e cooperação, focada em inovação pedagógica, inclusão, sustentabilidade e promoção da equidade para todos os estudantes. A implementação da Educação Integral requer orientação, formação e acompanhamento contínuos.

**Palavras-chave:** Educação Integral, Currículo, Formação de Professores.

### REFERÊNCIAS

ALESSANDRINI, C.D. **As competências para ensinar no século XXI. A formação de professores e o desafio da avaliação.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

1 Rua Marinho Pereira da Silva, número 100, bloco 4/201, Bairro Esplanada, Santa Rosa/RS, CEP 98789-002, Brasil, telefone (055)999478356, [marciele.bernardi@gmail.com](mailto:marciele.bernardi@gmail.com).

2 Rua Borges Forte, número 310, Centro, Santa Rosa/RS, CEP 98780-543, Brasil, (055)984039658, [neuseterigo@gmail.com](mailto:neuseterigo@gmail.com).

**BRASIL, Ministério da Educação. Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação – PNE.** Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiOGY5NWUyMDMtYzc0Mi00Y2Y5LTK3MmEtNT%20hjMjIY2NjNWExIwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0%20MzRiZiJ9>. Acesso em: 30 jul. 2023.

**BRASIL, Ministério da Educação. Planejando a Próxima Década – Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação.** Brasília, DF, 2014.

**BRASIL. Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023. Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera as Leis nºs 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e 14.172, de 10 de junho de 2021.** Brasília, DF, 2023. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/L14640.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14640.htm). Acesso em: 01 ago. 2023.

**BRASIL. Resolução CNE/CP n. 1 de 27 de outubro de 2020. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada).** Brasília, DF, 29 out. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-27-de-outubro-de-2020-285609724>. Acesso em: 03 nov. 2023.

**BRASIL. Resolução CNE/CP n. 1/2002 de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.** Brasília, DF, 04 mar. 2002. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_02.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf). Acesso em: 30 out. 2023.

**COELHO, L. M. C. História (s) da educação integral.** Em Aberto, Brasília (DF), v. 22, n. 80, p. 83-96, abr. 2009. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2420/2159>. Acesso em: 01 nov. 2023.

**FREIRE, H. W.; ANDRADE, J. P.; COSTA, N. G. Currículo e educação integral na prática: uma referência para estados e municípios.** 1. Ed. – São Paulo: Associação Cidade Escola Aprendiz, 2019. Disponível em: <https://educacaintegral.org.br/curriculo-na-educacao-integral/wp-content/uploads/2019/01/caderno-1-curriculo-e-ei-na-pratica.pdf>. Acesso em: 03 de nov. 2023.

**GADOTTI, M. Educação Integral no Brasil:** inovações em processo. São Paulo, SP: Instituto Paulo Freire, 2009. v. 4.

**GIOLI, J. Educação em Tempo Integral: Resgatando Elementos Históricos e Conceituais para o Debate.** In: MOLL, Jaqueline. **Caminhos da Educação Integral no Brasil: Direito a Outros Tempos e Espaços Educativos.** Porto Alegre: Penso, 2012.

**JIMENEZ, M. C. R. Educação integral:** um conceito em busca de novos sentidos. São Paulo: CENPEC Educação, 2016. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/acervo/educacao-integral-novos-sentidos>. Acesso em: 15 de out. 2023.

**LIBÂNEO, J. C. Políticas educacionais no Brasil:** desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. Cadernos de Pesquisa, São Paulo (SP), v. 46, n. 159, p. 38-62 jan./mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/ZDtgy4GVPJ5rNYZQfWyBPPb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2023.

**LOMONACO, B. P.; SILVA, L. A. M. Percursos da Educação Integral. Em busca da qualidade e da equidade.** São Paulo: CENPEC: Fundação Itaú Social, 2013.

**MOLL, J. A agenda da educação integral: Compromissos para sua consolidação como política pública.** In: MOLL, J. (Org.). **Caminhos da educação integral no Brasil: direitos a outros tempos e espaços educativos.** Porto Alegre, RS: Penso, 2012. p. 129-146.

**SILVA, J. A. Educação integral no Brasil de hoje.** 1. ed. Curitiba, PR: CRV, 2012.